

Pressão dos cassados só derruba a exigência de cursos para promoção

BRASÍLIA — A única concessão feita pela Aliança Democrática aos militares cassados foi a supressão da exigência de cursos para as promoções, depois de intensa pressão sobre os parlamentares e lideranças da Comissão Mista, exercida pelos representantes dos comitês pró-anistia ampla, geral e irrestrita. O Governo manteve a decisão de não ressarcir-los e nem reintegrá-los.

Quando o texto do novo substitutivo foi distribuído à Comissão Mista, os cassados imediatamente protestaram e exigiram modificações antes da votação, sempre apoiados pelo Líder do PDT na Câmara, Nadyr Rosseti (RS) e pelo Deputado José Genoino (PT-SP). Chegaram mesmo a ameaçar o Líder Pimenta da Veiga (MG) quando este se dirigia à sala da comissão.

Diálogos ríspidos e acusações marcaram a reunião durante a noite no gabinete de Pimenta da Veiga

— Nós vamos virar essa mesa — disse o presidente da União dos Militares Cassados, Paulo Pereira, dedo em riste, a Pimenta da Veiga, que ficou visivelmente irritado. O militar foi contido a custo pelos seus companheiros que lhe pediam calma.

A partir daí foram intensas as negociações, intercaladas por diálogos ríspidos entre cassados, parlamentares e assessores dos Ministros militares, que participaram da redação final do substitutivo, anteontem à noite, no gabinete de Pimenta da Veiga.

— Essa anistia é uma embromação, uma farsa. Querem transformar anistia moral em uma imoralidade anistiada — disse o secretário geral do Comitê de Coordenação Nacional de Anistia Ampla, Segundo-Tenente da Marinha Paulo Henrique Ferro.

Desde cedo os militares cassados estavam mobilizadas no Congresso Nacional: pela manhã, informados do texto redigido na noite anterior, eles procuraram o Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães (SP), e membros da executiva nacional do PMDB, mas não conseguiram êxito. De Pimenta da Veiga ouviram mais tarde que essa foi “a fórmula possível”.

No artigo 4.º, os cassados exigiam que a anistia se estendesse àqueles punidos por atos administrativos

motivados por razões políticas, pois o texto apenas se referia aos punidos por atos institucionais ou complementares e de exceção. Nada conseguiram.

No parágrafo primeiro desse mesmo artigo, onde fica concedida anistia aos autores de crimes políticos ou conexos e aos dirigentes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis e empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais, eles reclamaram a omissão dos militares e pediram que a palavra fosse acrescentada. O pedido foi igualmente negado.

No parágrafo 3.º, ainda do mesmo artigo, os cassados pediram a supressão da exigência de cursos para as promoções, e somente aí foram atendidos, depois de muita discussão. Ao final, o Deputado Nadyr Rosseti protestava e acusava o PMDB de promover uma anistia pior que a de 79:

— Ela não pega ninguém e pode até desanistiar os anistiados. É um retrocesso — afirmou.

Os cassados argumentaram com insistência que a omissão da categoria no texto do parágrafo primeiro, do artigo 4.º, excluía da anistia sete mil marujos, os mais necessitados, mas foram contestados pelo Deputado Luís Henrique (PMDB-SC), segundo o qual, a inclusão da palavra em nada adiantaria, pois esses marujos simplesmente tiveram seus pedidos de reengajamento recusados, sem caracterização de uma punição.

Em plena reunião da Comissão Mista, representantes dos cassados pressionaram o Líder Pimenta da Veiga, enquanto outros faziam reuniões paralelas nos corredores numa última tentativa de alterar o texto. Os líderes da Aliança, ajudados pelo Líder do PDS, Deputado Prisco Viana (BA), também se reuniram em pequenos grupos, para achar uma saída.

O Líder do PMDB, Senador Helio Gueiros (PA) discordava do texto também e dizia desconhecer as inovações nele contidas, embora julgasse ter participado de todas as reuniões que foram realizadas para a elaboração de um novo substitutivo. Ele só não foi convidado exatamente para a reunião de anteontem, no gabinete de Pimenta, à noite, quando o assessor parlamentar do Ministério do Exército, Coronel Pellegrini, ajudou na redação do texto da anistia.